JORNAL
CIDADES
Comunicação direta com os municípios do RS

Porto Alegre, terça-feira, 3 de novembro de 2026 - Nº 206 - Ano 30 - Venda avulsa: R$ 1,00 - www.jornalcidades.com.br

MUNICÍPIOS

Região Metropolitana e Litoral Norte priorizarão a saúde

Lívia Araújo
livia@jcrs.com.br

*Na última matéria da série do **Jornal Cidades** sobre os projetos prioritários que serão levados pelo município ao governador eleito Luciano Zucco, a saúde aparece como demanda central da Região Metropolitana de Porto Alegre e do Litoral Norte. O Consórcio Granpal pede a revisão dos repasses a hospitais, e a Amlinorte defende a regionalização do atendimento.*

As entidades apontam pressão financeira sobre as prefeituras e pretendem apresentar as demandas ao novo governo tão logo haja oportunidade de diálogo, em meio ao início da transição.

Na Região Metropolitana, o presidente do Consórcio Granpal, Felipe Costella, atribui o problema ao programa Assistir. No Litoral, o vice-presidente da Amlinorte, Bolívar Gomes, cita o aumento da população no verão e o custo do transporte de pacientes para outras regiões. A Amlinorte também deve cobrar melhorias na prestação de serviços da CEEE Equatorial, enquanto o Granpal inclui o combate a enchentes, a segurança e os resíduos sólidos entre as pautas da Região Metropolitana.

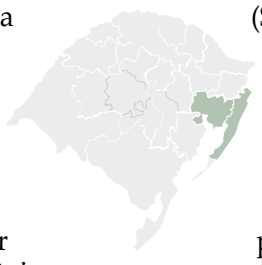
Consórcio Granpal quer rever política de repasses do Estado a hospitais

GISELE NOZARI/DIVULGAÇÃO/CIDADES



Entidade defende atualização do teto de média e alta complexidade dos municípios e da tabela do Sistema Único de Saúde

O Consórcio Granpal pretende pedir ao governo do Rio Grande do Sul, assim que o governador eleito Luciano Zucco assumir, em janeiro, a revisão dos repasses de recursos à saúde. O presidente da entidade e prefeito de Esteio, Felipe Costella, afirmou que o tema é a "prioridade zero" para os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre.



Segundo Costella, o programa Assistir, do governo estadual, retirou ou deixou de colocar dinheiro nos hospitais da região. O prefeito afirma que o Estado reduziu os recursos na Região Metropolitana e os destinou ao interior, o que sobrecarrega as cidades que recebem pacientes de outros municípios.

"O prefeito lá do interior do estado já pintou o hospital três vezes, já trocou o micro-ônibus dele três vezes para trazer o paciente aqui para a região metropolitana. E eu aqui na região metropolitana não tenho mais recurso para atender esse paciente", disse. Para o presidente do Granpal, a situação "está quebrando as prefeituras".

Costella lembrou que o Sistema Único de Saúde (SUS) é tripartite e que a União também precisa atuar. Ele defende a atualização do teto de média e alta complexidade (MAC) dos municípios e da tabela SUS, e afirmou que pretende dialogar com o próximo presidente eleito. "O governo do estado também tem que fazer a sua parte", declarou.

O gestor avalia que a proximidade com Zucco facilita o diálogo. A equipe de transição do governador eleito ocupa um espaço no Instituto Caldeira e é coordenada pelo ex-prefeito de Esteio Leonardo Pascoal. Costella ponderou, porém, que a relação pessoal não resolve os problemas automaticamente. Como deixará a presidência do consórcio em abril, defende a criação de um canal institucional com o Estado. "Vamos ter que ter um interlocutor do estado para fazer essas conversas com o consórcio", afirmou.

Além da saúde, o consórcio levará a Zucco demandas sobre o combate a enchentes, a segurança e o descarte de resíduos sólidos. O presidente do Granpal também pretende pedir a prorrogação do prazo de recursos estaduais para obras de prevenção, como bacias de reservação. "Eu não consigo fazer essa bacia de reservação em seis meses", exemplificou. O consórcio mantém ainda um plano de contingência para o El Niño, com monitoramento climático e atas de registro de equipamentos para a Defesa Civil.

Crescimento populacional do Litoral Norte pressiona por saúde regionalizada

A pressão do aumento populacional sobre os serviços públicos faz da regionalização da saúde a principal demanda que os prefeitos do Litoral Norte pretendem levar ao governador eleito, Luciano Zucco. O vice-presidente da Amlinorte e prefeito de Caraá, Bolívar Gomes, afirmou que o tema é recorrente nas reuniões mensais dos gestores, embora ainda não tenha havido uma deliberação formal sobre qual seria a pauta número um.

Segundo Gomes, a região recebe muitas pessoas no verão, e a falta de consultas, cirurgias e leitos obriga o transporte de pacientes para Porto Alegre, Passo Fundo e Caxias do Sul. "Até Passo Fundo você gasta cinco horas de viagem só de ida. Essa dificuldade de não ter a consulta, a cirurgia, o leito aqui na região acaba dificultando a questão do transporte", relatou.

O prefeito reconheceu avanços, como o auxílio estadual ao transporte de pacientes, a ampliação da oferta de vagas para consultas e internações e a intervenção estadual no Hospital de Osório, mas avalia que o investimento precisa ser intensificado. Ele afirma que a maioria dos municípios aplica em saúde mais do que o mínimo constitucional de 15%. Caraá destinou 22% de seus recursos livres no ano passado, e Gomes sabe de cidades que chegam a 30%.

"Se tivéssemos uma saúde regionalizada, seguramente o meu índice de aplicação na saúde seria menor. Teríamos mais condição de investir também nas estradas, na assistência social, na agricultura", afirmou.

Entre as alternativas, o prefeito citou a construção de hospitais regionalizados, a compra de vagas na rede privada do Litoral Norte, a transferência direta de recursos aos municípios para exames e a ampliação de leitos.

Gomes disse que a associação aguarda a definição da equipe de transição e dos nomes à frente da Secretaria da Saúde para iniciar o diálogo. Ele elogiou a acessibilidade da secretária Arita Bergmann durante o governo de Eduardo Leite e disse ser preciso "dar o tempo ao tempo" ao novo governo. Os prefeitos também pretendem cobrar melhorias na prestação de serviços da CEEE Equatorial, em especial no tempo de resposta, com maior fiscalização da Agergs.

GISELE NOZARI/DIVULGAÇÃO/CIDADES



Maioria das cidades da região aplica em saúde mais do que o mínimo constitucional